

SÃO PAULO: METRÓPOLE-ORNITORRINCO*

Mariana Fix e Pedro Arantes

A cidade de São Paulo expressa, melhor do que qualquer outra, as contradições do Brasil atual. Uma paisagem cheia de disparates e incongruências, formada por arranha-céus “inteligentes” implantados em avenidas sem esgoto, barracos com antenas parabólicas, malabaristas diante de carros blindados, venda incessante de quinquilharias contrabandeadas, *bunkers* de consumo e de cultura da elite cercados por mares de miséria, máfias controlando serviços públicos, narcotráfico consumindo os jovens das periferias, igrejas evangélicas pentecostais por todos os cantos, neo-filantropia do terceiro setor, etc etc.

O fato é que não estamos mais diante de uma *metrópole subdesenvolvida*, mas de um fenômeno urbano que exige a mobilização de novos conceitos para sua compreensão. O sociólogo Francisco de Oliveira – um dos derradeiros representantes da tradição crítica brasileira – comparou recentemente a sociedade brasileira a um ornitorrinco: um bicho incongruente, encalhado na encruzilhada de uma evolução que seguiu adiante. A metáfora zoomórfica sugere uma sociedade que perdeu a capacidade de escolha e por isso tornou-se a encarnação de uma “evolução truncada”. Na sua visão paradoxal – anunciada sem complacência na hora da grande vitória da esquerda – nossa condição subdesenvolvida ainda encerrava uma chance histórica de superação pois, afinal, representara no plano da dominação de classe uma escolha política.

Já não somos mais subdesenvolvidos

O *subdesenvolvimento* não era exatamente uma etapa a vencer, mas uma produção consentida da dependência pela “conjunção de lugar na divisão de trabalho capitalista e articulação dos interesses internos”. Até mesmo a intenção política explícita na origem do golpe de 1964 era uma contraprova de que a porta da transformação estivera aberta. E ainda continuava, enquanto o regime militar por sua vez completava nossa matriz industrial. Assim, embora subdesenvolvida, nossa economia cresceu a uma taxa média de 7% ao ano de 1930 a 1980, dobrando nosso produto interno a cada década. Não era portanto nenhuma extravagância voluntarista supor que uma articulação bem sucedida entre a luta interna das classes e uma mudança na divisão internacional do trabalho pudesse afinal abrir a *brecha* com que sonharam tantas gerações despossuídas. Sobretudo se levarmos em conta que ao longo daquele período os padrões tecnológicos permaneceram relativamente estáveis nos países centrais.

Pudemos assim, nas décadas que levamos para finalmente alcançar os avanços da Segunda Revolução industrial, desfrutar das facilidades da *cópia*, autorizada por um paradigma tecnológico que permitia queimar etapas, já que operava por “soluções” numa ambiente de difusão universal do conhecimento técnico-científico (Cf. João Manuel,

* Artigo publicado no jornal *Correio da Cidadania*, Ed. 383, 8 a 15 de fevereiro de 2004.

“Conseqüências do neoliberalismo”). Levamos cem anos para imitar o núcleo pioneiro da Primeira Revolução Industrial, outro tanto para completar o transplante da Segunda, e “quando estávamos prestes a entrar no Primeiro Mundo, eclodiu a Terceira Revolução Industrial”. Para não falar na financeirização preponderante da acumulação globalizada que não só nos roubou a pretensão de ter uma moeda nacional como sobretudo converteu a economia brasileira num regime de dívidas carecendo da antecipação financiada de um PIB a cada ciclo anual de produção.

Pois foi neste momento – o da contra-revolução neoliberal deflagrada em plano mundial – que nossa transformação em ornitorrinco se completou. E não se trata mais de uma construção nacional provisoriamente interrompida. Esta nova intuição do Brasil, da qual Francisco de Oliveira é o melhor portador, não se encaixa mais no modelo clássico de Celso Furtado (ver *A Construção interrompida*). Não que Furtado esteja equivocado no seu diagnóstico, mas é que, simplesmente, já não somos mais nem mesmo subdesenvolvidos.

Sobre a não-economia da dívida desabou uma reestruturação produtiva, cujo regime tecnológico se define por um regime de *exclusão permanente*. A inovação técnico-científica se encontra trancafiada por um sistema de propriedade intelectual ligado ao comércio internacional que torna técnica e economicamente inviável as antigas facilidades da cópia, “impossibilitando a queima de etapas e o respiro de um *day after*” já que o novo progresso técnico é incremental, não sendo portanto universalizável, e além do mais é “descartável e efêmero, exigindo um esforço de investimento que está aquém das forças internas de acumulação dos países periféricos” (Leda Paulani, “Os trinta anos da *Crítica à Razão dualista...*”).

A Terceira Revolução Industrial abortou de vez o incipiente processo de formação de uma sociedade salarial no Brasil. Ao contrário do ocorrido na Europa, a acumulação molecular-digital não precisou “desfiliar” ninguém, salvo em seus reduzidos nichos fordistas. Aproveitando a enorme reserva de trabalho dito informal, criada pela própria industrialização periférica, o novo paradigma, propiciado pela atual explosão das forças produtivas, consumou enfim – desempregando, precarizando, terceirizando, flexibilizando – “a extração de mais-valia sem nenhuma resistência, sem nenhuma das porosidades que entravavam a mais completa exploração”, na conclusão de Francisco de Oliveira. Desaparece a distinção entre tempo público, o do contrato, e tempo privado, o do não-trabalho. Os trabalhadores *on line* devem estar à disposição 24 horas por dia e praticamente todos os trabalhadores converteram-se em membros intermitentes/latentes do exército industrial (“Passagem na neblina”, em *Socialismo em discussão*). Não precisamos mais completar nossa formação nacional para dar este salto mortal na plenitude do trabalho abstrato, no interior da qual a distinção trabalho formal-informal, no limite, deixou de fazer muito sentido.

O Brasil que temos pela frente é um outro país, com uma economia que não agrega quase nenhum valor às cadeias produtivas mundiais, que não emprega mais, com mobilidade social descendente, com multidões de pobres concentradas em grandes cidades ingovernáveis e sem alternativas dentro do sistema atual. Uma sociedade enfim produtora de medo e violência e cujos membros nunca viveram em situações tão desiguais e interesses tão conflitantes (César Benjamin. “A Opção Brasileira hoje”).

Cidades como administração da exceção

A nova diferença quantitativa “obriga os dominados a um esforço descomunal para superá-la, o que introduz uma nova qualidade na desigualdade”: “a quase completa ausência de horizonte de superação” (Francisco de Oliveira. “O Estado e a exceção: ou o estado de exceção”). Por isso, as cidades são, para Chico, os lugares por excelência das *exceções*, e “o conjunto delas é a administração da exceção”: “Num circuito infernal, favelas e barracos produzem mão de obra excedentária, salários rebaixados, promiscuidade perigosa, criminalidade produzida pela solidariedade e políticas de exceção: não mais uma política habitacional para superar os déficits, mas arremedos para ‘urbanizar favelas’”.

O urbano nas últimas décadas se redefiniu – sob a herança da industrialização que se completou, mas repôs a relação desigual de subordinação e dependência com os países centrais – como a forma material mais visível da globalização. Cidades “mundiais” periféricas, como São Paulo – com seus pólos avançados de negócios incrustados em grandes aglomerações precárias –, devem ser entendidas como manifestações tanto das políticas de exceção, que revelam a derrota do projeto de integração e nada mais são do que confissões da incapacidade de fazer uma política que universalize direitos (uma impossibilidade da estrutura de classes e do grau de concentração de riqueza); quanto das novas funções financeiras, hospedando um capital que se transnacionaliza a partir dos países centrais.

Estas conexões ficam restritas a pequenos e vulneráveis pólos, que mimetizam os padrões encontrados nas cidades dos países centrais. São trechos da cidade que concentram investimentos privados (negócios imobiliários controlados pelo capital local) e públicos (na modernização da infra-estrutura), por vezes combinados na forma de “parcerias”, como é o caso da região da Marginal Pinheiros em São Paulo (Mariana Fix. *Parceiros da exclusão*). Uma cidade reluzente que pode, da noite para o dia, transformar-se em *cidade fantasma*, caso as empresas decidam migrar para regiões mais atrativas, afugentadas por qualquer oscilação cambial. Foi o caso, por exemplo, do moderno e agora deserto centro de escritórios criado em Buenos Aires, com a remodelação de *Puerto Madero*.

O planejamento urbano, por sua vez, “com suas regras de utilização do solo, corredores de tráfego, corredores comerciais, camelódromos, legalização de perueiros e ônibus clandestinos forçada pela chantagem, é a cidade como exceção: ele busca se compatibilizar com as piores tendências de concentração de renda e da sociabilidade indesejável quase obrigatórias das classes que voltaram a ser chamadas ‘perigosas’, como são conhecidas as que foram uma vez ‘laboriosas’” (“O Estado e a exceção: ou o estado de exceção”). Tal sociabilidade, para manter incomunicáveis setores tão díspares, é a do *apartheid*, como já antevia Chico no final da sua *Crítica à razão dualista*.

Cidades blindadas

Sua confirmação é a blindagem urbana das elites, com seus enclaves e todo tipo de aparato repressivo a serviço de uma “guerra civil mal disfarçada”. Os enclaves fortificados – condomínios, shoppings centers, parques temáticos, complexos *mixed-use* e todo tipo de espaços segregados por muros, guaritas, raios infra-vermelhos, cercas

elétricas e milícias armadas – são manifestações urbanas de um processo de cisão social profunda entre os tradicionais dois Brasis, que um dia se combinaram, mesmo que de forma desigual. Na São Paulo “globalizada”, os extremos de riqueza e pobreza se distanciaram a tal ponto que parece não haver entre eles mais nada em comum. É o que se vê, por exemplo, na nova Sala São Paulo, que abriga em cenário pomposo concertos eruditos para a elite paulistana enquanto o teatro da “cracolândia” domina o lado de fora (ver Wisnik, Andrade, Leite, Fix e Arantes. “Notas sobre a Sala São Paulo...”).

Cidades blindadas são, ao mesmo tempo, o ponto de chegada do “sentido da formação” de sociedades como a brasileira e do “colapso da modernização”. As afinidades entre ambos os processos não são casuais, pois a gigantesca concentração de riquezas e o descarte de grandes parcelas da população pela nova ordem capitalista reeditam a fratura social própria de sociedades que foram colônias escravistas. São Paulo reafirma nossa posição de sempre estarmos “na vanguarda da desintegração”(Roberto Schwarz).

A imagem de uma minoria globalizada que se locomove em carros blindados e que habita, consome e trabalha em espaços fortificados como cofres não poderia deixar de ser a melhor metáfora da transformação pós-desenvolvimentista da elite nacional em classe rentista e financeirizada. Resta a ela a vã ilusão de que sobreviverá, encouraçada, à barbárie social que a cerca – aliás, a origem do verbo blindar, do alemão *blenden*, é “cegar”.

Os barracos das favelas paulistanas e a imensidão de casas autoconstruídas – nas encostas, beiras de córrego, margens de represas de abastecimento de água – são mais uma expressão concreta da nossa “evolução truncada”. O transitório que se tornou permanente deu-se pela troca dos tapumes pelos tijolos baianos, utilizados à exaustão nas nossas periferias. Figuração de uma situação que se pretendia passageira, uma precariedade temporária – até que as condições de vida melhorassem – são hoje a realidade da grande maioria da população. Fim de linha de uma sociedade “desigualitária sem remissão”.